



DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL E O CENÁRIO DE INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Jessica Almeida Rossi¹, Darléa Carine Palma Mattiello²

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC
2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Jessica Almeida Rossi, jeroSSI2004@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: A alimentação adequada é um direito fundamental, sendo assim, prevista pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e consagrada como um direito humano em tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Embora o reconhecimento desse direito tenha progredido, a sociedade brasileira continua enfrentando a fome e a insegurança alimentar. A implementação de políticas públicas eficazes é essencial para garantir o acesso à alimentação. Contudo, essas políticas muitas vezes se revelam insuficientes devido a falhas no planejamento, falta de recursos ou execução ineficaz. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas brasileiras relacionadas ao direito à alimentação, investigando as causas de suas insuficiências e as implicações para o agravamento da insegurança alimentar. **Método:** A pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica e documental, baseada no método hipotético-dedutivo com enfoque qualitativo. Foi realizada uma revisão da literatura, análise de documentos e coleta de dados. A hipótese central é que as políticas públicas destinadas a garantir o direito à alimentação brasileira são insuficientes, conforme indicam os índices estatísticos. **Resultados:** A revisão da literatura revelou que programas públicos como o Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido fundamentais na redução da fome e da insegurança alimentar brasileira. Todavia, a descontinuidade de alguns programas e os cortes orçamentários, especialmente após a crise econômica de 2014, reduziram significativamente o impacto dessas iniciativas. Este cenário no Brasil reflete o que ocorre globalmente: iniciativas de segurança alimentar, como as promovidas pela ONU e por governos locais, enfrentam desafios contínuos devido a conflitos, mudanças climáticas e falta de financiamento constante. Em todos os contextos analisados, a pobreza e a desigualdade social aparecem como fatores determinantes que agravam a falta de acesso a uma alimentação adequada. **Conclusão:** Os resultados indicam que as políticas públicas brasileiras voltadas ao direito à alimentação são insuficientes para garantir a plena segurança alimentar. A falta de continuidade, cortes financeiros e fragmentação das ações contribuem para uma proteção inadequada desse direito. Para reverter esse quadro, é necessário que os governos implementem políticas mais abrangentes e consistentes, que não só garantam o acesso imediato a alimentos, mas também abordem as causas estruturais da insegurança alimentar, como pobreza e desigualdade. As conclusões deste estudo destacam a necessidade de reavaliar as políticas alimentares brasileiras, para cumprir o compromisso de erradicar a fome até 2030, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Palavras-chave: Direito à alimentação; Direitos fundamentais; Políticas públicas; Segurança alimentar.

Agradecimentos: A autora Jéssica Almeida Rossi agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.